

A *Revista de Direito Brasileira (Brazilian Journal Of Law)* – RDBras é uma publicação semestral da Editora Revista dos Tribunais e oficial do Conpedi, que visa fomentar o estudo das questões mais relevantes que envolvem a jurisdição constitucional tanto em âmbito nacional quanto estrangeiro. Neste sentido, procura-se estudar os principais temas do Direito Contemporâneo de modo reflexivo e dialético. Objetiva-se criar um campo vasto de discussão e aproximação do Direito interno e internacional, propiciando um intercâmbio de informações e soluções sobre as mais diversas questões jurídicas situadas no âmbito da jurisdição constitucional. Tem como finalidade oferecer aos estudiosos do Direito uma visão atualizada dos principais temas das Cortes Constitucionais, buscando aproximar a teoria da prática.

Para tanto, o periódico traz artigos doutrinários inéditos, nacionais e estrangeiros, sendo 20% dos artigos enviados, a cada edição, por autores convidados de significativo conhecimento do tema, tanto de âmbito nacional quanto internacional. Já os artigos restantes passam necessariamente pelo sistema *Double Blind Peer Review*, em que o artigo é avaliado por Doutores em Direito que desconhecem os autores, assim como estes desconhecem os seus avaliadores. A avaliação ocorre, necessariamente, por no mínimo dois pareceristas *ad hoc* (avaliadores). Todavia, caso haja discrepância superior a três pontos (avaliação de zero a dez), ocorrerá uma terceira avaliação. Importante destacar, que os avaliadores da RDBras são professores de programas de Mestrado e Doutorado em Direito e foram (e continuarão sendo) indicados pelos coordenadores dos programas de Pós-graduação em Direito *stricto sensu* de todo o Brasil, reconhecidos pela Capes/MEC.

Para se evitar o plágio, assim como artigos não inéditos entre outros problemas, mas, principalmente, para garantir a longevidade das publicações e facilitar a sua identificação no meio eletrônico, todos os artigos aprovados serão registrados no sistema *Digital Object Identifier – DOI*.

A RDBras terá sempre uma versão impressa e outra eletrônica, sendo que na versão on-line os artigos estão em duas línguas: inglês/espanhol ou inglês/português. Os artigos obedecerão às regras da ABNT e deverão possuir os seguintes requisitos: (a) ser inédito; (b) conter resumo na língua portuguesa ou espanhola e inglesa com no mínimo 100 palavras e no máximo 250 palavras; (c) conter no mínimo três palavras-chave e no máximo cinco na língua portuguesa ou espanhola e inglesa (separadas por ponto); (d) desenvolvimento e referências; (e) possuir de 15 a 30 laudas no formato Word (A4, posição vertical; fonte: Times

New Roman; corpo: 12; alinhamento: justificado, sem separação de sílabas; entre linhas: espaçamento um e meio; espaçamento simples entre as linhas do resumo em português ou espanhol e inglês; parágrafo: 1,5 cm; margem: superior e esquerda – 3 cm; inferior e direito – 2 cm); (f) as citações devem obedecer às regras da ABNT (NBR10.520/2002); (g) as referências devem ser conforme a ABNT (NBR 6.023/2002); (h) o sistema de chamada das referências das citações diretas ou/ indiretas pode ser autor-data ou numérico (NBR 10.520/2002). As notas de rodapé, se necessárias, devem ser somente explicativas (NBR 6.022/2003) (i) conforme a NBR 6024/2003, os títulos, subtítulos e sub-subtítulos devem ser alinhados à esquerda e conter um texto relacionado com eles; e (j) o arquivo deve ser enviado em formato pdf.

Há que se destacar ainda que em cada edição poderão ser criteriosamente selecionados acórdãos, de inteiro teor, pelos editores e membros do comitê de política editorial, com o máximo de seis meses de publicação e acompanhados de uma resenha do julgado. Poderão constar também de cada edição, resenhas de obras jurídicas, legislação nacional, estrangeira ou internacional comentada e pareceres.

A *RDBras* divide-se em uma Parte Geral, onde são abordados temas genéricos e relevantes da justiça constitucional, e uma Parte Especial, que versa sobre temas específicos, divulgados por edital em chamadas públicas. Nesta terceira edição, o tema específico escolhido é o “Verdade, Memória e Justiça de Transição”, tendo em vista a relevância da matéria para o Direito Internacional, uma vez que vários países levaram a efeito uma revisão das suas Leis de Anistia e para o direito pátrio em face da recente instauração da Comissão da Verdade.

Debruçados sobre a perspectiva da jurisdição constitucional e dos temas relativos à “Verdade, Memória e Justiça de Transição”, estudiosos nacionais e internacionais das mais diferentes áreas e regiões do Brasil, professores, pesquisadores e alunos, reúnem-se nesta terceira edição da *Revista de Direito Brasileira (Brazilian Journal of Law)*, para enfrentar o tema proposto sob os mais diferentes enfoques – o que contribui indubitavelmente para a sua riqueza e completude.

Nesse sentido, na parte geral da *RDBras*, contamos com o texto de autoria da Professora Flávia Piva Almeida Leite que trata da busca de um modelo social brasileiro em face do teor e da aplicação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Ainda dentro da temática dos tratados tem-se o artigo de autoria de Alexandre Walmott Borges, Luciana Campanelli Romeu e Altamirando Pereira da Rocha que analisa a jurisprudência do STF sobre a forma de incorporação dos documentos de direito internacional, em face das alterações oriundas da EC 45/2004.

No tocante aos direitos humanos em espécie, tem-se a análise acurada da liberdade religiosa tanto na jurisprudência nacional como na jurisprudência dos sistemas regionais: europeu e americano levada a efeito por Melina Alves Toste. A questão

ambiental também é enfrentada por Luciano dos Santos Diniz que examina com profundidade a influência do direito internacional do meio ambiente na construção de uma nova soberania dos Estados.

Antonio Baptista Gonçalves estuda, sob a ótica constitucional, o impacto tributário brasileiro da Copa das Confederações – 2013 e da Copa do Mundo – 2014 no Estado Democrático de Direito. Ainda dentro dessa temática do Estado Democrático de Direito, Cristiano Becker Isaia e Fernando Hoffmam estudam a existência de verdades universais na jurisdição processual civil.

No que diz respeito aos direitos humanos, o controverso tema do controle jurisdicional da liberdade de expressão é enfrentado em toda a sua abrangência e extensão por Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho e Deborah Sztajnberg. Já Julio Pinheiro Faro aborda a questão do financiamento e concretização dos direitos fundamentais em face da Administração Pública. O dever instrumental informatizado e a denúncia espontânea são examinados no artigo de Andreia Fogaça Maricato.

Os direitos sociais são estudados no artigo de Renato Lovato Neto e Lourival José de Oliveira ao analisarem a responsabilidade pré-contratual nas relações de emprego em face da aplicação da teoria da perda de uma chance. Marise Costa de Souza Duarte e Ricardo Duarte Jr. examinam também a partir do direito fundamental à moradia, do direito à cidade e do princípio da dignidade humana a questão da justa indenização nas ações de desapropriação por utilidade pública, precipuamente os megaventos esportivos.

No âmbito do direito constitucional civil tem-se o artigo de Wendell Lopes Barbosa de Souza aborda a lesão como defeito do negócio jurídico. Já Maristella Amisano Tesi analisa a extensão da responsabilidade penal da pessoa jurídica no sistema italiano. Francisco de la Torre Olid, Pilar Conde Colmenero e Maria Mendez Rocasolano abordam em seu texto os fins e os meios do ensino jurídico no contexto europeu em face das novas tecnologias.

Na Parte Especial, a *RDBras* traz o artigo de Paulo Abrão e Marcelo D. Torelly que estudam em toda a sua abrangência as mutações do conceito de anistia na justiça de transição brasileira, uma terceira fase de luta pela anistia. No mesmo sentido Eugênio Costa Lopes da Cruz analisa a justiça de transição sob a ótica da imprescindibilidade da persecução penal no caso brasileiro. Os desafios à efetivação do acesso à informação referente aos documentos do regime militar em face dos seus novos marcos normativos são cuidadosamente examinados por Rogério Gesta Leal e Tais Ramos.

Por fim, tem-se a transcrição da palestra do Professor espanhol Ricard Vinyes proferida no Brasil sobre o tema verdade e memória na experiência europeia.

Conclui a edição os comentários feitos por mim e pela Profa. Samantha Meyer-Pflug à decisão do STF na ADPF 153 (Lei de Anistia) e das Professoras Adriana Silva Maillart e Samyra Dal Farra Napolini Sanches sobre a decisão da Corte In-

teramericana de Direitos Humanos no Caso Gomes Lund e outros – Guerrilha do Araguaia.

Por fim, gostaríamos de agradecer a todos os autores que colaboraram nesta terceira edição, bem como aos pareceristas que levaram a efeito a criteriosa avaliação dos artigos em tempo recorde diante das dificuldades que enfrentamos.

A todos desejamos uma excelente leitura!

VLADMIR OLIVEIRA DA SILVEIRA

*Coordenador.*